



AVANTE
EDUCAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Relatório de Atividades
2013







Relatório de Atividades 2013

Autor e Editor:

Avante - Educação e Mobilização Social

Salvador, 1ª edição

Organização:

Comunicação Institucional da Avante

Expediente:

Coordenação Editorial:
Andréa Fernandes

Textos:
Ana Oliva Marcilio
Rita Margareth
Fabiane Brasileiro
Andréa Fernandes
Maria Thereza Marcilio
Arthur Sampaio
Maria Célia Falcão

Fotos:
Acervo fotográfico Avante
Ana Oliva Marcilio
Ruth Hirte
Wagner Braz
Rodrigo Wandelely
Natália Reis
Formadoras do Paralapracá
Luiza Melo Freitas

Diagramação e design
Setor de comunicação institucional

ficha Técnica Avante

Conselho Gestor

Gestão Institucional
Maria Thereza Marcilio

Linha de Formação de Educadores e Tecnologias Educacionais
Mônica M. Samia

Linha de Formação para Mobilização e Controle Social
Ana Oliva Marcilio

Linha de Formação para o Trabalho
Fabiane Brasileiro

Linha de Formação de Agente Culturais
Rita Margarete Santos

Comunicação Institucional
Andréa Fernandes

Administrativo Financeiro
Maria Célia Falcão

FICHA CATALOGRÁFICA
Elaboração: Sistema de Biblioteca da UNEB
Bibliotecária: Maria das Mercês Valverde - CRB 5/1109

Avante - Educação e Mobilização Social: relatório de atividades 2013 / Org. Comunicação Institucional da Avante.- 1.ed.- Salvador, 2014.
82 p.: il.

ISBN 978-85-6082-802-9

1. Organizações não-governamentais - Relatórios. 2. Associações sem fins lucrativos - Relatórios. 3. Assistência social - Relatórios - Bahia. 4. Assistência a menores - Relatórios- Bahia. I. Avante.

CDD: 361.7

ÍNDICE

Introdução

- Apresentação
- Quem Somos
- Avante no Mapa

Atividades Realizadas

Linha de Formação para Mobilização e Controle Social

- Todos Juntos
- Tece e Acontece
- Foco na infância
- Primeira Infância Cidadã (PIC)
- Infâncias em Rede

Linha de Formação de Educadores e Tecnologias Educacionais

- Paralapraca
- Trocando em Miúdos
- Pesquisa de São Miguel

Linha de Formação para o Trabalho

- É dia de Feira Solidária
- Florescer

Linha de Formação de Agentes Culturais

- EMredando Leituras
- Sementeira

Parceiros

Balanço

Acreditamos que a construção do saber se dá coletivamente na confrontação e integração dos opostos e das contradições da realidade, tendo como resultados aprendizagens, mudanças e o exercício da cidadania ativa.



Defendemos a responsabilidade social como um dever de todos, pessoas e instituições, traduzida em ações que contribuam para a integração, o acesso aos bens sociais e culturais, a qualificação pessoal e profissional, o exercício e a defesa dos direitos e a construção da cidadania.



Obra das crianças - Campina Grande (PB), Paralapraca

MISSÃO

“Contribuir para a formação do cidadão, pela educação e o desenvolvimento de tecnologias de intervenção social, visando à garantia dos direitos sociais básicos e ao fortalecimento da sociedade civil.”



Obra das crianças - Campina Grande (PB), Paralapraca

No ano de 2013 quisemos marcar, em todos os processos formativos e educativos que desempenhamos, o intenso trabalho de sensibilizar o sujeito, mobilizar a comunidade e buscar a incidência política. Desta forma, prestes a completar dezoito anos, a Avante reafirma em seu fazer cotidiano a sua busca por justiça e cidadania, por uma sociedade democrática, pelo respeito e valorização do humano e pela garantia de direitos. Sendo a educação nossa ferramenta (trans) formativa para os processos de amadurecimento e fortalecimento político do sujeito.

Para nos consolidarmos no campo da incidência política, atuamos efetivamente nas instâncias de proposição e controle de políticas públicas. Assim, integramos a Diretoria Executiva da ABONG-BA; fomos eleitas para o Conselho Gestor da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI); tivemos assento no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Salvador (CMDCA); integramos o Fórum para Erradicação do Trabalho Infantil (FETIPA-BA); coordenamos a Rede EMredando Leituras – rede de fomento à leitura de Salvador; fomentamos e coordenamos a articulação da Rede Estadual Primeira Infância da Bahia (REPI-BA). Além de integrarmos o Fórum Metropolitano de Economia Solidária de Salvador. Esses são espaços para pautar, propor e controlar políticas públicas, e são fundamentais para o trabalho comprometido de quem quer participar da vida pública e política com vistas à garantia de direitos, à melhoria da qualidade de vida e ao exercício da democracia.

Nesta perspectiva, participamos no âmbito das políticas públicas, propositivamente por meio do fomento a planos, políticas e programas, a exemplo do Plano Municipal do Livro, da Literatura e da Biblioteca de Salvador (PMLLB), da articulação para a construção de Planos Municipais para a Primeira infância (PMPI) em seis estados do país, a saber: Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso do Sul e Pernambuco. Só na Bahia, contribuimos para a sensibilização de mais de 300 municípios para a elaboração de seus PMPI. Acompanhamos 26 deles para a proposição de suas políticas de primeira infância, por meio, sobretudo da formação articulada de Conselhos Municipais Setoriais, de Direito e Tutelares, com vistas à garantia dos direitos da criança pequena.

Nossa participação se dá, também, por meio do controle social. Atuamos em fóruns, redes e conselhos não apenas integrando esses espaços, mas, sobretudo, com a formação de conselheiros e o fortalecimento de conselhos. Este trabalho de dar visibilidade ao que já existe, apoiar a articulação e integração de saberes e fazeres e buscar a proposição de ações e programas para a efetivação de direitos é fundamental para um bom trabalho em advocacy.

A realização de tanto trabalho, a materialização de cada sonho, só foi possível por contarmos com o sem número de outros que, como nós, buscam mais qualidade de vida para todos. Chegamos longe, mas chegamos juntos. Braços dados, mãos unidas, o trabalho coletivo, comprometido e parceiro foi o que nos possibilitou caminhar. Agradecemos cada sujeito, cada comunidade, feira, escola, família, profissional, técnico, trabalhador, associação, cooperativa, instituto, fundação, rede, conselheiro, cada criança e cada adulto que junto conosco, busca uma realidade mais justa, uma vida mais feliz, com força, saúde e esperança em um mundo melhor, para todos e todas!



(Maria Thereza Marcilio)

Gestora Institucional



POR UMA FORMAÇÃO CIDADÃ

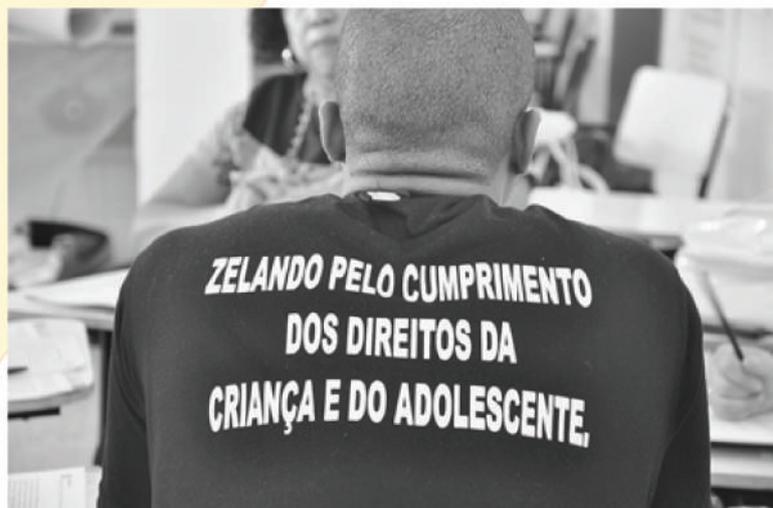
Na garantia e defesa de direitos:

À Educação

À Cultura

Ao Trabalho

À Participação Cidadã



INCIDÊNCIA POLÍTICA

Bahia

Rede Estadual Primeira Infância Ba
(REPI/BA)

Rede EMredando Leituras

Conselho Municipal da Criança
e Adolescente (CMDCA)

ABONG/BA

Fórum para Erradicação do
Trabalho Infantil (FETIPA - BA)

Fórum Metropolitano de Economia
Solidária de Salvador

Fórum Baiano de Educação Infantil
(FBEI)

Fórum Baianno de Aprendizagem
Profissional (FOBAP)

Brasil

Rede Nacional Primeira Infância (RNPI)

Abong Nacional

Redes Estaduais Primeira Infância:
- MS / MA/CE/PE/AM

Pacto Nacional um Mundo para a Criança
e o Adolescente do Semiárido

Construção dos Indicadores para a
Educação Infantil



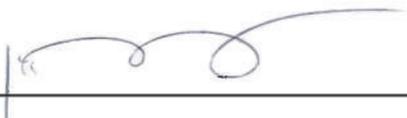
Em 2013 a Avante completou 17 anos de atuação como uma instituição sem fins lucrativos. Há sete anos cabe-me o privilegiado papel de presidente desta instituição e, assim, a oportunidade de acompanhar de perto o incansável trabalho realizado na busca pela concretização de sua missão: “contribuir para a formação do cidadão, pela educação e o desenvolvimento de tecnologias de intervenção social, visando à garantia dos direitos sociais básicos e ao fortalecimento da sociedade civil”.

Por meios de ações formativas, com vistas à construção de uma cidadania ativa, os programas e projetos desenvolvidos pela Avante refletem uma cultura que procura zelar pelas relações familiares, assumindo funções de cuidado e proteção, dedicando-se a promover a qualidade da educação, o fortalecimento da sociedade civil, o empoderamento das mulheres, os direitos da primeira infância, dos adolescentes e jovens. Colaborando para uma ordem social mais justa, menos violenta e, acima de tudo, solidária. Para executá-los, a instituição toma como base os direitos à educação, à cultura, ao trabalho e à participação social.

Este relatório traz a público os resultados e impactos gerados por uma prática que lança mão de uma expertise em processos formativos e em trabalhos cooperativos em rede para promover a formação do cidadão com vistas à sua participação em uma sociedade que deve expor suas necessidades e indicar as soluções dos seus problemas.

Cada uma das quatro Linhas de Formação da Avante desenvolve ações visando o empoderamento e autonomia a partir de um diálogo direto com a comunidade, de forma a valorizar sua identidade e seu espaço de convivência, e proporcionar a troca de experiências entre as diferentes realidades comunitárias. Por meio dessas linhas, a instituição desenvolve suas tecnologias sociais e interferem na transformação da realidade, gerando impactos

Assim sendo, esta presidência tem o prazer e o dever de compartilhar este registro, que traduz em resultados e impactos as conquistas desta incansável jornada.



(Arthur Guimarães Sampaio)

Presidente da Avante

Formação de Educadores e Tecnologias Educacionais

Formação de Agentes Culturais

Formação para Mobilização e Controle Social

Formação para o Trabalho

Público Beneficiário

Articulação, Mobilização e Fortalecimento



- Professores de Educação Infantil - **103**
- Escolas - **125**
- Crianças e adolescente - **450**
- Bibliotecas - **8**
- Associações - **22**
- Conselhos - **148**
- Redes Municipais de Educação - **15**
- Representantes/Instituições do Poder Público - **410**
- Famílias - **588**
- Cooperativas e Grupos Produtivos - **75**
- Conselheiros - **645**
- Rede de Primeira Infância - **5**

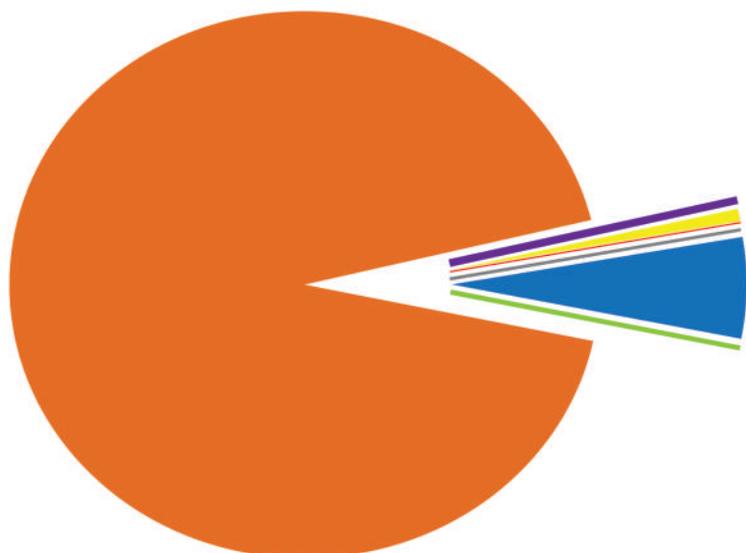


No ano de 2013 quisemos marcar, em todos os processos formativos e educativos que desempenhamos, o intenso trabalho de sensibilizar o sujeito, mobilizar a comunidade e buscar a incidência política.

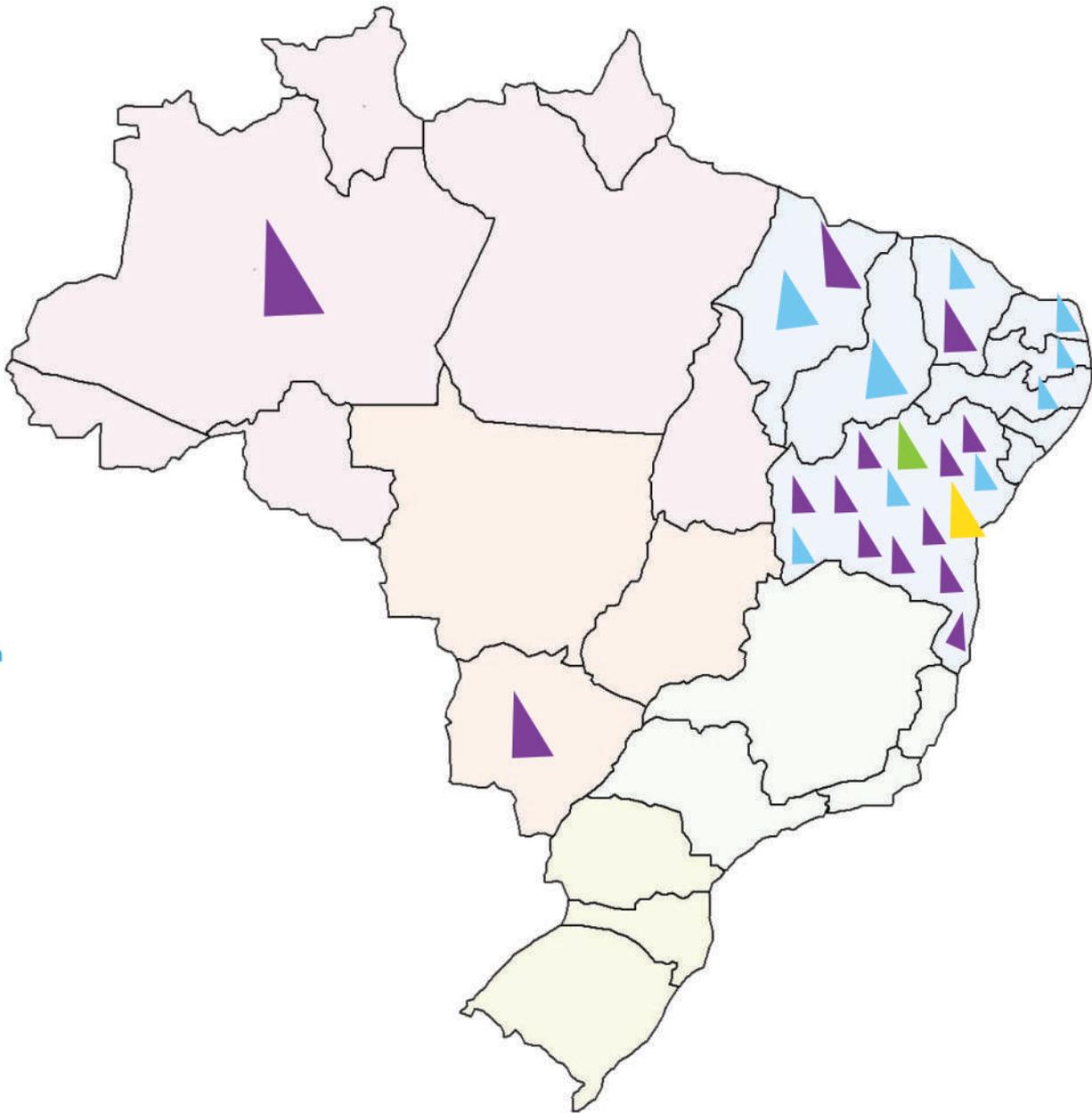


(MARCILIO,2013)

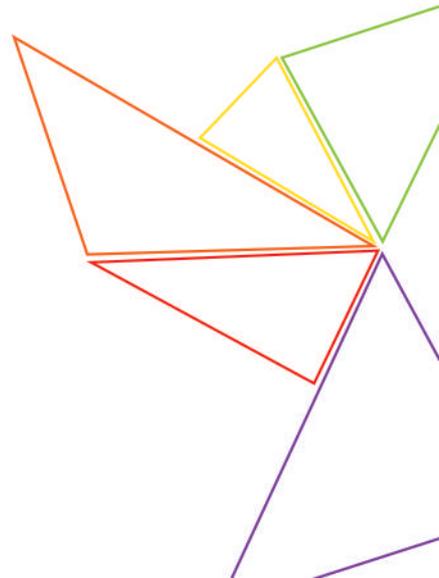
Formação



- Educadores (prof de educação) - **20116**
- Agentes Culturais - **40**
- Crianças e adolescente (público indireto) - **32977**
- Adultos - **70**
- Conselheiros - **260**
- Gestores das Redes de Educação - **7**
- Outros atores sociais - **23**

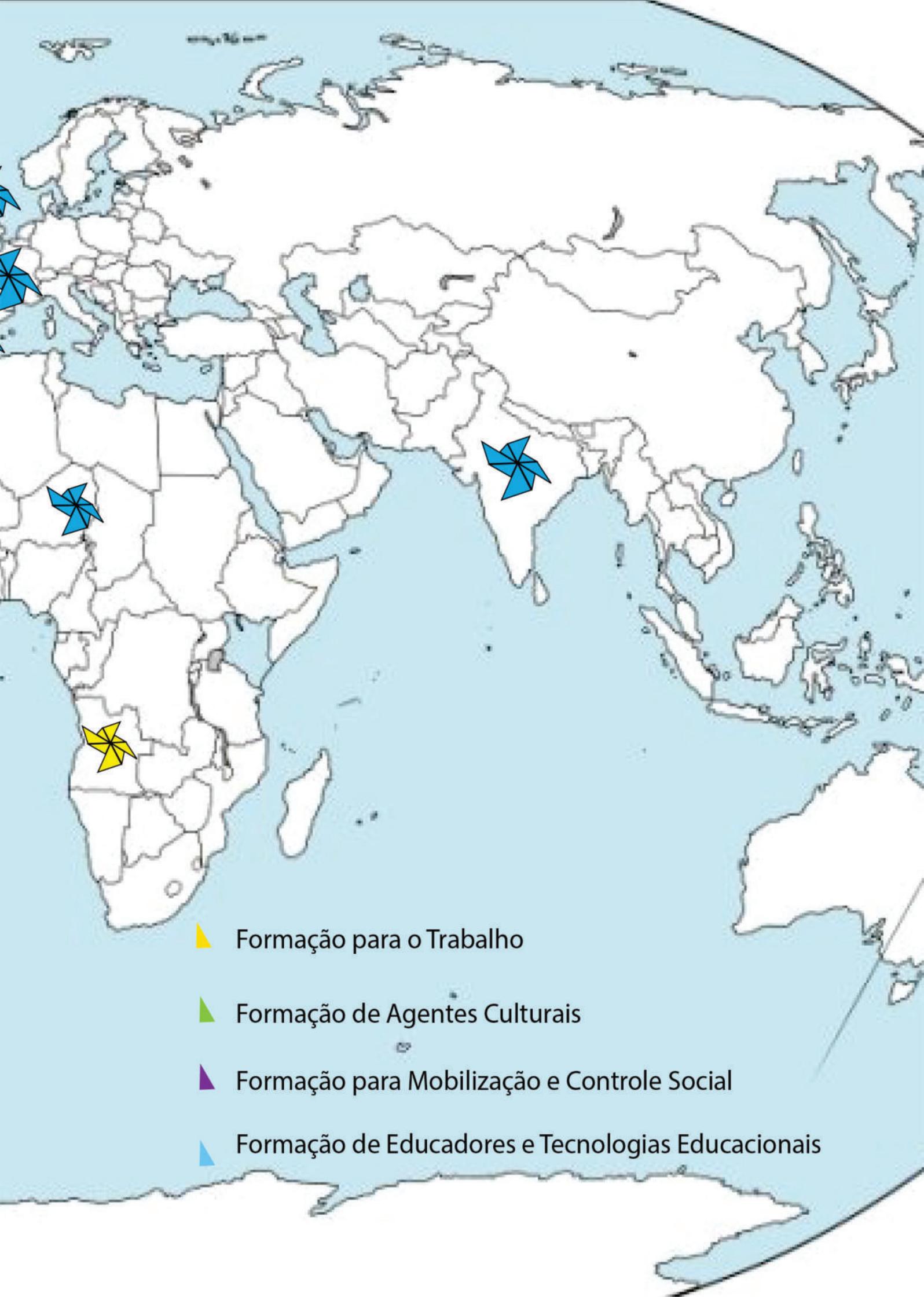


-  Formação para o Trabalho
-  Formação de Agentes Culturais
-  Formação para Mobilização e Controle Social
-  Formação de Educadores e Tecnologias Educacionais





 Avante no Mundo



▲ Formação para o Trabalho

▲ Formação de Agentes Culturais

▲ Formação para Mobilização e Controle Social

▲ Formação de Educadores e Tecnologias Educacionais

Formação para Mobilização e Controle Social

Acervo Avante



A linha tem como objetivo, contribuir para mobilização e controle social por meio da formação dos diferentes atores, tais como: agentes públicos, conselhos, lideranças comunitárias, famílias, mulheres, crianças e adolescentes com vistas a qualificar e estimular a sua participação na luta pela defesa e garantia dos direitos individuais e coletivos para o fortalecimento da cidadania ativa.

Em 2013, a Linha de Formação para Mobilização e Controle Social não só deu continuidade como ampliou o trabalho de fortalecimento e articulação de conselhos municipais setoriais e de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Os projetos que integraram a Linha neste ano colocaram a criança como principal foco das ações. Além do trabalho com os conselhos de direitos, a erradicação do trabalho infantil, o fortalecimento de redes e o advocacy pela Primeira Infância, e a escuta e participação política das crianças foram as causas trabalhadas.

“Esse é um momento muito esperado pela Associação, faz tempo que quero proporcionar um espaço desses para as crianças. O que está acontecendo hoje, com certeza é resultado da nossa parceria com a Avante, parceria que busca alertar a comunidade que é necessário respeitar as crianças como cidadãos de direitos.”

(Fátima Gavião, presidente da Associação de Moradores do Calabar - SBRC)



O projeto Todos Juntos é voltado para o fortalecimento e articulação das instituições integrantes do Sistema de Garantia de Direitos da criança e do adolescente (SGD) com vistas a uma atuação mais efetiva na luta pela prevenção e combate ao Trabalho Infantil (TI) nos municípios do Território da Bacia do Paramirim. O Todos Juntos é realizado em parceria com a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE), a Agenda Bahia do Trabalho Decente, em articulação com nove municípios da região: Boquira, Botuporã, Caturama, Érico Cardoso, Ibipitanga, Macaúbas, Paramirim, Rio do Pires e Tanque Novo.

Ao longo do ano, o projeto previu e alcançou três objetivos: mapeamento situacional do Trabalho Infantil no território; formação de agentes públicos das áreas da educação, assistência social e saúde, conselheiros setoriais, de direitos e tutelares; e estímulo à atuação articulada dos atores sociais integrantes do SGD.

Embora o Trabalho Infantil seja uma questão cultural muito forte, após as ações do PAA percebemos que o tema já é debatido na comunidade. Notamos que os meninos que passavam vendendo picolé na região do CRAS, não estão passando mais, este trabalho de desconstrução é demorado, mas já estamos percebendo os impactos”

(Depoimento coletado durante as reuniões de monitoramento das ações que foram elaboradas e executadas para os Planos de Ação Articulada)



Resultados

67 atores formados entre: agentes públicos, conselheiros setoriais e de direitos

247 atores mobilizados entre prefeitos, secretários, vereadores, delegados de polícia, conselheiros, diretores de escola, agentes comunitários de saúde, professores, representantes de sindicato, coordenadores de programas da assistência, representantes de pastoral;

41 representantes de instituições estaduais mobilizados para darem suporte aos municípios, como: Secretarias Estaduais: Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza; Trabalho, Emprego, Renda e Esporte; Administração; e Planejamento; Tribunal Regional do Trabalho; Superintendência Regional I do Trabalho; Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador (FETIPA); Pacto Um mundo para a criança e o adolescente do Semiárido;

Contexto do Trabalho Infantil no território da Bacia do Paramirim mapeado;

09 Planos de Ação Articulada (PAA) construídos e em andamento nos municípios;

20 Instituições, fóruns e redes mobilizadas:

Secretarias Estaduais: Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza; Trabalho, Emprego, Renda e Esporte; Administração; e Planejamento;

Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Assistência;

Conselhos Setoriais e Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e Conselhos Tutelares;

Polícia Militar;

Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

Pastoral da Criança e da Juventude;

Igrejas Evangélicas;

Tribunal Regional do Trabalho;

Superintendência Regional do Trabalho;

Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador (FETIPA);

Pacto Um mundo para a criança e o adolescente do Semiárido, Fundação Cidade Mãe

Contexto Situacional do Trabalho Infantil no Território da Bacia do Paramirim;

01 Vídeo – Projeto Todos Juntos

02 publicações Encontro de Formação de Reeditores Sociais do Território da Bacia do Paramirim -Textos Básicos

“Para mim, foi de grande valia a oportunidade de capacitação sobre o TI, pois veio corrigir nossa visão. Atuávamos conforme as demandas do Ministério Público, fazíamos tudo que era solicitado, não pensávamos na alteração da forma de vida dos adolescentes. Só veio à contribuir, acrescentou muito conhecimento e fortaleceu a atuação em rede”

(Depoimento coletado durante as reuniões de monitoramento das ações que foram elaboradas e executadas para os Planos de Ação Articulada)



Rio do Pires / Reunião com famílias da zona rural.

Impacto



Paramirim/ Grupo de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

O projeto Todos Juntos gerou impactos significativos na região da Bacia do Paramirim ao provocar mudanças na gestão municipal no que se refere às ações de prevenção de combate ao Trabalho Infantil e no fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), ao fomentar ações articuladas por meio do PAA.

Formações de profissionais para intervenção junto a famílias e crianças em situação de Trabalho Infantil, assumidas pelos municípios.

Intensificação das ações de combate ao Trabalho Infantil (TI) em comunidades com os maiores índices de TI.

Articulação entre conselhos e outros programas que apoiam o combate ao Trabalho Infantil, a exemplo do Programa Mais Educação.

Mobilização das comunidades por meio de ações e utilização das mídias locais no combate ao TI;

Articulações intersetoriais para fortalecimento do SGD;

O Tece e Acontece teve por objetivo contribuir para o fortalecimento e articulação institucional dos conselhos municipais de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. Em sua 2ª segunda edição o projeto ampliou de 10 para 19 o número de municípios atendidos. O projeto é fruto de uma parceria com o Banco Santander iniciada em 2010 com vistas a uma atuação mais efetiva no campo da Educação Infantil em municípios baianos integrantes do Programa de Educação Infantil do Banco e beneficiários do Programa Proinfância.

Seminário Estadual do Tece e Acontece



Resultados

526 Atores mobilizados em audiências e reuniões com autoridades locais como prefeitos, secretários municipais e vereadores, e conselheiros municipais da educação, saúde, assistência social, de direitos e tutelares;

185 conselheiros municipais da educação, saúde, assistência social, de direitos e tutelares, por meio dos encontros e seminários realizados com os 19 municípios;

19 municípios participantes do projeto mais integrados por meio de um plano de ação articulada;

150 Instituições mobilizadas:

Secretarias de Educação, de Assistência Social e de Saúde;

Conselhos Setoriais, Tutelar e CMDCA.

Produtos

10 Mapas de Políticas Públicas

19 Planos de Ação Articulada

"Uma iniciativa positiva na organização dos gestores responsáveis pelos projetos direcionados à Primeira Infância e a porta aberta para pesquisas e apoios. A Primeira Infância agradece pela preocupação".

(Joelma Figueirêdo, Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Antônio Cardoso)



O impacto do Tece Acontece nos municípios pode ser identificado pela mudança na forma de funcionamento do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), por execução das ações que integram os Planos de Ação Articulada (PAA); e pelas mobilizações para elaboração dos Planos Municipais pela Primeira Infância, a partir das ações de formação do projeto.

19 municípios mobilizados para elaboração de políticas públicas para a Primeira Infância

Municípios criando e produzindo informações e estratégias de divulgação das políticas públicas para a Primeira Infância

Maior articulação intersetorial para a proposição e controle de políticas públicas para a primeira infância.

Funcionamento mais regular e efetivo dos Conselhos setoriais e de direitos

"Depois da formação, passamos a ter um olhar diferente, desenvolvemos as atividades com mais consistência, de forma mais reflexiva sobre a importância e responsabilidade enquanto conselheiro. A participação dos conselheiros nos conselhos melhorou bastante. Hoje estamos fundamentando as ações com base nas leis e não só deliberando as ações em reuniões. Fazemos reuniões ampliadas com outras instituições para divulgar as atividades dos conselhos e nossos papéis."

*(Marlene Aparecida Alves dos Santos,
Presidente do Conselho Municipal da Assistência Social de Antônio
Cardoso)*

Audiência realizada no município de Senhor do Bonfim



Foco na Infância

Oficina fotográfica com crianças



O projeto Foco na Infância teve como objetivo a realização de uma pesquisa intitulada Foco na Infância: violência, políticas de segurança públicas e repercussões sobre a infância no Calabar/Alto das Pombas.

A investigação teve como objetivo: analisar a percepção destas comunidades sobre violência, políticas de segurança pública e suas repercussões para a infância.

Foram ouvidas 559 famílias, além de membros da própria comunidade entre crianças, lideranças locais, profissionais das áreas de saúde, educação, proteção à infância e dos próprios membros da (Base Comunitária de Segurança Pública) BCSP. A visão das crianças sobre o assunto foi um ponto forte da pesquisa, pois ela reflete a cultura onde foram criadas.

A Avante executou a ação em parceria com o Instituto de Saúde Coletiva da UFBA (ISC), com apoio da Fundação Bernard van Leer.



“Eu lembro de minha infância, que eu ficava na rua até tarde, jogando gude, empinando arraia, brincando de picula, e a gente hoje não vê crianças brincando na porta de casa”

(Grupo Focal de Lideranças)

Em relação às expectativas da comunidade frente à implantação da BCSP:

Há melhoria significativa do indicador de “sensação” de segurança.

Insatisfação generalizada no que se refere às intervenções propostas pela Política de Segurança Pública do governo do estado dirigidas à melhoria da qualidade de vida do bairro.

Descontentamento generalizado com o fato da sede da Base Comunitária se instalar na sede da Associação de Moradores.

Comunidade aponta para quadro de tensões e ambiguidades em relação à continuidade de uma conduta policial abusiva.



Fomento a brincadeiras em espaços públicos

Quanto à tríade violência, segurança pública e infância:

No tocante aos impactos da violência sobre a formação e desenvolvimento das crianças do Calabar, os dados coletados junto aos informantes que atuam com as escolas do bairro indicam efeitos nocivos em termos motivacionais, cognitivos e emocionais.

Dados quantitativos e qualitativos confirmam a “naturalização” do uso de castigos e violência física.

A convivência com múltiplas expressões de violência (simbólica, física, imagética), para além da casa, constitui um elemento muito presente no cotidiano das crianças do Calabar.

A presença da Base Comunitária de Segurança contribuiu para reduzir a exposição das crianças, principalmente, a episódios que envolvem a violência entre grupos armados dentro da comunidade.

A presença da Base possibilita que a rua volte a ser ocupada para fins de lazer, “espaço de brincar” das crianças da comunidade. Contudo, a violência segue presente na vida dessas crianças.

As crianças ainda despontam como “vítimas invisíveis” da violência

Impacto

A pesquisa realizada pelo projeto Foco na Infância trouxe uma nova percepção da realidade do entorno da comunidade alvo da pesquisa.

Maior visibilidade por parte da comunidade e dos profissionais que nela atuam das repercussões acerca da violência na comunidade e das políticas de segurança pública na vida das crianças pequenas.

*A sistematização do material está disponível no site da Avante: www.avante.org.br

Acervo Avante



Acervo Avante

Primeira Infância Cidadã (PIC)

O PIC é um projeto de fortalecimento da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI) por meio de articulação e/ou fortalecimento de 06 Redes Estaduais Primeira Infância (REPI) nos estados do Maranhão, Pernambuco, Amazonas, Bahia, Ceará e Mato Grosso do Sul; da mobilização e fomento de Planos Municipais pela Primeira Infância (PMPI) em 10 municípios; e da realização de 25 cirandas infantis.

Em 2013, além das ações de articulação, o projeto realizou o Seminário Inter Redes que teve como principal objetivo ampliar as discussões e articular ações em âmbito nacional sobre a relevância das redes de Primeira Infância, os Planos Municipais pela Primeira Infância, a participação infantil, além de promover o lançamento da Rede Estadual Primeira Infância – Bahia (REPI – BA).

O projeto, em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH) foi aprovado no edital do Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e do Adolescente (CONANDA 2012), com Financiamento do Fundo Infância e Adolescência (FIA), e ainda está em execução.

No limite que o tempo nos impõe para as metas do PIC e a REPI (limite zero!), há que se arregaçar as mangas e colocar o 'pé na estrada'. Sou educadora, sou um pouco de arte e um tanto de pesquisadora e sei que, de alguma forma, sou capaz de contribuir com o Amazonas enquanto eu aqui estiver".

(Sara Rangel Dutra, Técnica em Desenvolvimento, Manaus – AM).



Crianças da Reserva Extrativista Ituxi, articulação PIC - Amazonas

Resultados

14 profissionais capacitados para a mobilização e o controle social de políticas de Primeira Infância, atuação em rede e fomento à participação infantil, promovendo uma atuação mais qualificada no que tange à Primeira Infância.

05 das Redes Estaduais Primeira Infância (REPI), totalizando 62,5% do total das redes existentes no país, fortalecidas, por meio de apoio técnico, monitoramento, fomento aos Planos Municipais pela Primeira Infância (PMPI) e à participação infantil.

138 instituições mobilizadas e fortalecidas pelas articulações nas Redes Estaduais de Primeira Infância apoiadas pelo projeto.

Criação da REPI - BA com **16** instituições participantes e adesão de **06** municípios no estado da Bahia.

26 municípios brasileiros acompanhados no processo de elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI).

Cerca de **300** municípios sensibilizados para a elaboração do PMPI

Cerca de **1000** pessoas mobilizadas entre, agentes do Sistema de Garantia de Direito, crianças, famílias, profissionais de saúde, educação, assistência social, gestores municipais, legisladores e profissionais da grande mídia, extrapolando os estados onde o PIC está presente.

Mais de **80** crianças participando ativamente da construção dos Planos Municipais pela Primeira Infância



Primeira
Infância
Cidadã

A Realização do Seminário Inter Redes e atuação do projeto Tece e Acontece no interior despertou atenção para a REPI BA.

Inserção na mídia de massa (TV e rádio) dos direitos da criança

Convite para participar de mesas e seminários e outros eventos debatendo os direitos da PI.

Capilaridade da REPI BA no interior por meio da adesão de instituições do sistema de garantia de direitos.



Em parceria com a Fundação XUXA Meneghel e apoio da Fundação Bernard van Leer, o projeto tem como objetivo articular crianças em rede fortalecendo o direito à participação infantil por meio de ações e estratégias que incidam na liberdade de expressão, articulação, credo e o direito ao brincar.

Com duração de dois anos, o projeto tem como foco três cidades: Salvador, Recife e Rio de Janeiro, mas está aberto a toda e qualquer criança, com vistas ao fomento de grupos e ou/articulações deste público na garantia de seus direitos, a exemplo da Rede + Criança (da Fundação XUXA), crianças indígenas e quilombolas, além de estabelecer parcerias com escolas e grupos culturais.

“Se eu fosse prefeita da cidade colocava escorregadeiras, mais brinquedos e construía mais parques para crianças na cidade”.

(Beatriz Cristina, 11 anos)





Semana de Erradicação da Violência na Primeira Infância - Grupo de Crianças do Calabar

Fortalecimento e expansão da articulação das crianças em rede.

Espaços abertos para escuta e participação política de crianças em eventos nacionais e internacionais, como: Colóquio de Violência e Segurança (Rio de Janeiro), Seminário Inter-Redes (Salvador).

Participação no Seminário Criança Pequena em Foco (CECIP- Rio de Janeiro).

Melhoria da qualidade de vida no bairro do Calabar, em Salvador, por meio de estratégias de intervenção propostas e implementadas junto com as crianças.

Parceria com organizações acadêmicas, sociais e do poder público para o exercício do direito à participação.

Integrantes do poder legislativo (Comissão de Educação, Lazer, Esporte e Cidadania) sensibilizados e mobilizados para a escuta das crianças no controle e proposição de políticas públicas atinentes à infância.

Impacto

O Infâncias em Rede é um projeto ainda em andamento. Desta forma, não houve uma avaliação ampla de impacto, mas já se observam mudanças de atitude tanto no poder público como na comunidade onde o projeto atuou, fortalecendo os direitos da infância, em especial o brincar.

Sensibilização do poder Legislativo que passou a escutar as crianças para o controle social da educação no município de Salvador.

Maior visibilidade da presença das crianças no espaço público na comunidade do Calabar, em Salvador.

Fortalecimento dos direitos ao brincar e à participação da criança como um direito da criança.

Acervo Avante - Infâncias em Rede



Formação de Educadores e Tecnologias Educacionais

Paralapraca - Camaçari





Produção de Carinas - Paralapracá - Natal

A linha tem por objetivo formar educadores e profissionais da educação por meio de metodologias e ideias inovadoras e consolidadas. Em 2013, a Linha ampliou sua atuação ao consolidar parceria com o Instituto C&A para implementação e execução do ciclo II do projeto Paralapracá em mais cinco municípios do Nordeste e dar continuidade às formações em dois municípios do ciclo I; ao realizar o VI Trocando em Miúdos – Intercâmbio Internacional; e a Pesquisa Educacional de São Miguel dos Campos (AL), em parceria com o Instituto Inspirare, o Instituto Camargo Correia, Vetor e Bioflex.



Paralapracá- Natal

O Paralapraca é um projeto do Programa Educação Infantil do Instituto C&A, realizado em parceria técnica com a Avante– Educação e Mobilização Social, que visa contribuir para a melhoria da qualidade do atendimento às crianças na Educação Infantil, com vistas ao seu desenvolvimento integral. O Paralapraca se desenvolve em aliança com secretarias municipais de educação e possui dois âmbitos de atuação: a formação continuada de profissionais da Educação Infantil e o acesso a materiais de uso pedagógico de qualidade, tanto para crianças quanto para professores.

Em 2013 iniciou-se o ciclo II do projeto (2013 - 2016) em cinco novos municípios selecionados por edital: Olinda (PE), Maceió (AL), Maracanaú (CE), Camaçari (BA) e Natal (RN). Dois dos municípios do ciclo I (Jaboatão dos Guararapes – PE e Teresina – PI) permaneceram no projeto Paralapraca por mais um ano e integraram a formação à distância via ambiente virtual de aprendizagem (AVA), que teve como objetivos adensar os estudos sobre documentação pedagógica nas instituições e contribuir para a inserção digital dos participantes.

Neste ano, visando fortalecer a proposição e execução de políticas públicas voltadas para Primeira Infância, o Instituto C&A promoveu, com apoio técnico da Avante, um Intercâmbio a Reggio Children – Centro Internacional pela Defesa e Promoção dos Direitos e Potencialidades de Todas as Crianças, localizado na cidade italiana de Reggio Emilia. Participou deste intercâmbio uma comitiva de 29 pessoas, entre prefeitos, secretários e dirigentes da educação dos sete municípios participantes do Paralapraca (ciclo I e II) em 2013, uma representante do Ministério da Educação (MEC), bem como jornalistas e representantes da Avante e da Move Social, instituição responsável pela avaliação externa do projeto.

Intercâmbio à Reggio Emilia



Resultados

07 Redes Municipais de Educação mais fortalecidas para atender as demandas educacionais do público de 0 a 5 anos (Educação Infantil)

125 unidades de Educação Infantil mobilizadas

309 coordenadoras pedagógicas formadas

1.807 professores em formação, mobilizados para uso dos materiais do projeto com as crianças, refletindo sobre a qualidade de suas práticas pedagógicas.

32.967 crianças beneficiadas pelas ações do projeto

07 gestores públicos sensibilizados para a concretização de ações para uma Educação Infantil de qualidade

Materiais disponibilizados pelo projeto sendo utilizados com e pelas as crianças

76,7% coordenadoras pedagógicas da rede municipal dos municípios de Teresina e de Jaboatão dos Guararapes mobilizadas para uso do ambiente virtual de aprendizagem.

Produtos

14

Publicações para educadores



O projeto Paralapraca despertou uma nova visão sobre a Educação Infantil tanto nos profissionais dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI), como nos gestores dos municípios e provocou uma mudança nos direcionamentos das Secretarias parceiras em relação à Educação Infantil.

A figura do coordenador pedagógico tem sido mais valorizada e este profissional empoderado como formador para participar de reflexões sobre a qualidade da Educação Infantil em seus municípios.

Brincar valorizado e apropriado na rotina, concepção/alinhamento nas instituições atendidas pelo projeto;

Interesse das Secretarias Municipais de Educação de todos os 5 municípios do ciclo I de permanecerem no projeto e abertura de 02 vagas preenchidas por Teresina (PI) e Jaboatão do Guararapes (PE) para participar do projeto por mais 1 ano, a fim de consolidar as ações implementadas na Rede, na perspectiva do atendimento de qualidade às crianças de zero a 5 anos;

Profissionais da Educação Infantil e das Secretarias Municipais mobilizados para discutir e definir seus papéis nas escolas;

Distribuição de materiais pelas Secretarias Municipais de Educação, referenciados nos materiais do projeto Paralapraca para instituições não inseridas no projeto que oferecem Educação Infantil;

Uso dos referenciais formativos do Paralapraca para formações em todas as redes;

Ampliação do número de coordenadoras pedagógicas atuando em Instituições de Educação Infantil;

Uso dos materiais ou de referências do projeto em outros contextos de formação;

Teses, dissertações e TCC elaboradas a partir de experiências vividas no projeto.

Trocando em Miúdos

Imersão na abordagem Pikler Lóczy

Em 2013 o VI Trocando em Miúdos - Intercâmbio Internacional levou **27** profissionais para conhecer o trabalho desenvolvido pelas associações Pikler Lóczy, em PARIS, e Associación de Mestres Rosa Sensat, em BARCELONA. Os profissionais participaram de workshops, visitas a instituições de referência, encontro com formadores especializados e contato com ambientes pedagógicos diferenciados com foco específico no trabalho com bebês. As associações PIKLER LÓCZY e ROSA SENSAT são voltadas para o debate, reflexão, pesquisa e formação na área da educação infantil.

Trocando em Miúdos - Paris



Resultados

27

profissionais ligados à primeira infância de diversas partes do país: psicólogos, pedagogos e educadores; profissionais da área de saúde e profissionais que integram a rede de proteção à infância e instituições de acolhimento institucional mobilizados para pautar questões relacionadas às crianças de 0 a 3 anos.

Impacto



O Trocando em Miúdos fomentou o desejo de aprofundamento na abordagem com crianças de 0 a 3 anos provocou a mobilização de esforços neste sentido.

62,9% dos profissionais que participaram do Intercâmbio, organizados em um grupo de estudos sobre as crianças de 0 a 3 anos;

Grupo de estudos mobilizado para a organização de uma nova viagem para visita às associações Pikler Lóckzy e Rosa Sensat de forma autônoma e com a inclusão de novos participantes.

Diagnóstico Educacional São Miguel dos Campos

A Pesquisa de São Miguel teve como objetivo fazer um diagnóstico da situação das escolas do município de São Miguel dos Campos (AL) e estabelecer pontos de comparação e análise entre as diversas instituições, além fazer uma síntese dos resultados agregados em nível municipal. Os dados coletados serão usados no Programa Escola Ideal, do Instituto Camargo Corrêa, que tem como proposta identificar ações que possam contribuir para o aprimoramento da gestão das escolas públicas, rurais e urbanas, e melhorar a qualidade de ensino nos municípios onde o Grupo Camargo Corrêa está presente.



Resultados

01 Rede Municipal de Educação mobilizada para o enfrentamento dos desafios relativos à Educação Básica de qualidade

Formação para o Trabalho

Produtos das Cooperativas - Florescer



A Linha de Formação para o Trabalho se dimensionou a partir das experiências em qualificação profissional de jovens e adultos, e em prol da garantia de emprego e renda, um dos direitos assegurados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, condição fundamental para a superação da pobreza e redução das desigualdades sociais.

No ano de 2013 as ações da Linha tiveram como foco o fomento à Economia Solidária por meio da execução do projeto Florescer - fortalecendo mulheres para o desenvolvimento local e do projeto É Dia de Feira Solidária. O público atendido foi formado majoritariamente por mulheres em busca de uma qualificação para garantir ampliação de renda ou o sustento familiar.

A Avante atua há oito anos no desenvolvimento de projetos na área com apoio de parceiros privados, como o Instituto Walmart e, mais recentemente, a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte da Bahia (SETRE), por meio da sua Superintendência de Economia Solidária (SESOL). Ao longo desse tempo, a instituição vem atuando no setor com foco no fomento e apoio a empreendimentos na cidade de Salvador. A experiência adquirida permitiu à Avante ser convidada a participar do Fórum Metropolitano de Economia Solidária como entidade de apoio e fomento.

Junto a outras três Instituições, a Avante integra a Coordenação da ABONG/Bahia, representada pela coordenadora da Linha. Ao longo do ano de 2013 participou ativamente das ações em prol do Marco Regulatório das relações entre estado e sociedade civil.



É dia de feira Solidária

O projeto É Dia de Feira Solidária é apoiado pela Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte da Bahia (SETRE) e tem dois anos de duração. O ano de vigência deste relatório foi o primeiro ano do projeto, que tem como foco formar um grupo produtivo de alimentos a partir do aproveitamento dos refugos oriundos da própria Feira de São Joaquim. Nesta fase inicial o projeto mobilizou lideranças, sensibilizou para o acolhimento da cooperativa de alimentos dentro da feira, encontrou e reformou uma sede para abrigar a cooperativa, formou o núcleo produtivo e desenvolveu ações de formação e fortalecimento do grupo por meio da realização de intercâmbios entre Cooperativas - uma estratégia da Avante para promover o fortalecimento de laços entre os integrantes de empreendimentos solidários..

| Encontro do Projeto É Dia de Feira



“O É Dia de Feira Solidária eu sei que vai pra frente. Já está dando certo! Todo mundo está vindo para os encontros da cooperativa, se dedicando e nossa sede já está quase pronta”.

(Ednalva dos Santos, integrante da CooperFeira Novo Sabor, durante a reforma da sede da cooperativa).

Resultados

Formação em gestão de **20** (feirantes) para integrar a CooperFeira – Cooperativa de Alimentos da Feira de São Joaquim.

Reforma da sede da COOPERFEIRA

02 intercâmbios realizados: em Feira de Santana (Cooperativa Frutos da Terra) e Salvador (Cooperativa Rango Vegan)

250 feirantes sensibilizados sobre economia solidária

02 vivências de integração fora da Feira de São Joaquim

Acervo Avante - É dia de Feira Solidária

Intercâmbio entre a CooperFeira Novo Sabor e a Cooperativa Frutos da Terra (Feira de Santana - BA)



As articulações realizadas pelo projeto para a implementação da cooperativa dentro da Feira de São Joaquim provocaram o envolvimento de instituições ligadas à temática da economia solidária e à comunidade da feira. E as formações trouxeram impacto na autoestima das mulheres do grupo solidário:

Mulheres integrantes do empreendimento em busca pela elevação da escolaridade;

06 Instituições e/ou redes de economia solidária mobilizadas:

Rede de Economia Solidária (Fórum Soteropolitano de Economia Solidária)
Associação de Feirantes
Sindicato dos Feirantes
Centro Público de Economia Solidária da Barra
Centro Público de Economia Solidária dos Mares
Centro Público de Economia Solidária do Comércio



Acervo Avante - É dia de Feira Solidária

“Nós aprendemos a fazer coisas diferentes, como reutilizar as frutas de várias maneiras. Estamos sempre pesquisando para termos novas possibilidades de reaproveitamento dos alimentos”.

(Carmem Lúcia Barbosa, feirante há três anos e agora cooperada)

O projeto foi realizado em parceria com a Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte da Bahia (SETRE). Por dois anos o Florescer trabalhou pelo fortalecimento das ações voltadas para a sustentabilidade de duas cooperativas já existentes na comunidade do Calabar e fomentou a criação de outros três grupos produtivos: um na área de alimentação, um de artesanato e um na área de estética. A primeira cooperativa a atuar nesta área no estado da Bahia.

Neste período, o projeto contribuiu para a consolidação das mulheres do Calabar, Engenho Velho da Federação e Roça da Sabina na sua vida comunitária para que pudessem colaborar como cidadãs conscientes e desempenhar o seu papel transformador na sociedade.

Além disto, o Florescer inovou transformando as típicas feiras de Economia Solidária em Festivais ao unir a cultura local com a comercialização dos empreendimentos. A iniciativa deu oportunidade a apresentações de grupos de samba de roda, capoeira, hip hop, coral da terceira idade, balé infantil, grupos de dança, bandas regionais e criou um espaço infantil onde as crianças visitantes podiam ler, ouvir histórias e brincar. Assim, o Festival oportunizou a divulgação dos artistas pouco vistos pela mídia tradicional e possibilitou a prática de um dos princípios do setor - a valorização da cultura local e transformou o formato de outras feiras de economia solidária, que passaram a adotar a proposta desenvolvida na Avante.



Acervo Avante - II Festival Florescer



Acervo Avante - II Festival Florescer

“Todo mundo pensa que cooperativa é uma brincadeira, mas não é não. A gente não ganha muito, eu já ganhei de R\$20,00 a um salário mínimo. E é isso que me ajuda a pagar minhas contas”.

(Ana Carmem, da cooperativa de artesanato COOPERCRIA).

05 empreendimentos de economia solidária fomentados, criados, estruturados conforme a área a fim de cada grupo e gerando renda.

COOPCHARME – Cooperativa de Estética Afro (estética) - Roça da Sabina;
COOPERCRIA – Cooperativa Mãos que Criam (artesanato) - Calabar
COOPABOM – Cooperativa Bombocado (alimentação) - Engenho Velho da Federação.
COOPS – Cooperativa Pedacinhos de Sabor (alimentação) - Calabar
COOPERCID – Cooperativa Costurando Ideias (costura) - Calabar

246 mulheres sensibilizadas sobre o tema da Economia Solidária

60 mulheres fortalecidas em seu papel de cidadã, atuando em empreendimentos solidários.
Realização de **03** Festivais Florescer de Economia Solidária

60 empreendimentos solidários da Região Metropolitana de Salvador e interior do estado com mais visibilidade, relações comerciais ampliadas e produção qualificada a partir da oportunidade de interação com o cliente final, por meio da realização de **05** Festivais Florescer de Economia Solidária .

Apresentação de grupos artísticos oriundos das comunidades dos empreendimentos solidários



Impacto

As ações do projeto Florescer trouxeram uma nova perspectiva à comunidade do Calabar, Roça da Sabina e Engenho Velho da Federação em relação a esta forma de geração de renda que toma como base valores como cooperação, igualdade e autonomia, além de uma mudança de atitude em relação à atuação das mulheres nas comunidades.

Maior visibilidade das cooperativas apoiadas pelo projeto nas comunidades onde atuam;

Fidelização de clientes locais às cooperativas apoiadas pelo Florescer;

Maior atuação das mulheres na vida política e social das comunidades do Calabar, Roça da Sabina e Engenho Velho da Federação;

Mudança de atitude da comunidade frente às mulheres das cooperativas, que passaram a ser respeitadas pelo trabalho desenvolvido e convidadas a participar de reuniões comunitárias em importantes grupos para o desenvolvimento local.

COOPCHARME – Cooperativa de Estética Afro (estética) - Roça da Sabina



COOPCHARME – Cooperativa de Estética Afro - Roça da Sabina



Formação de Agentes Culturais



A linha teve por objetivo a formação de agentes culturais, entre cidadãos da sociedade civil, para atuarem como dinamizadores das manifestações culturais na comunidade onde atuam.

Em 2013, a Linha teve atuação destacada no campo da incidência política, na área de formação de leitores e de mediadores de leitura. Na coordenação da Rede EMredando Leituras, em parceria com o Instituto C&A, a Avante articulou lideranças e instituições da sociedade civil (professores, bibliotecários, escritores, contadores de histórias, bibliotecas comunitárias, associação de moradores, Conselho Regional de Biblioteconomia, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA, entre outros) e o poder público municipal para a criação do Plano Municipal do Livro, da Leitura e da Biblioteca (PMLLB), e participou ativamente do Grupo de Trabalho (GT) e do Grupo Executivo criados para elaboração do PMLLB.

Em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) desenvolveu, juntamente com organizações representativas da comunidade do Calabar (associação comunitária, biblioteca, escolas e grupos organizados), o projeto Sementeira: partilhando percepções e discussões para a Agenda 21.

Em 2013, o Conselho Técnico da instituição, juntamente com todos os consultores associados da Avante, amadureceu uma antiga reflexão sobre o foco de atuação da Linha – que todos os projetos da Avante possuem um componente cultural e dialogam com os saberes e fazeres dos públicos alvos. Desta maneira, todas as Linhas de Formação fortalecem este componente dentro da atuação da instituição ao assumir a cultura como tarefa e responsabilidade de todos.

Assinatura do Decreto, pelo prefeito ACM Neto, que instituiu o GT para elaboração do PMLLB



A Avante, juntamente com algumas bibliotecas comunitárias, há 6 anos, fundou a Rede EMredando Leituras. Desde então, eleita pelo grupo, coordenou e implementou ações de articulação, mobilização e formação para mais de 60 educadores de bibliotecas comunitárias para atuarem como mediadores de leitura.

Em 2013, além das ações de formação dos educadores, a Avante, juntamente com os demais integrantes da EMredando, articulou e mobilizou a sociedade civil em prol da criação do Plano Municipal do Livro e da Leitura (PMLL) e da sensibilização e mobilização do poder público municipal para criação do Plano.

Reunião dos representantes da EMredando e do Tok Literário com a vice prefeita de Salvador para propor a criação do PMLLB



Resultados

Cerca de **10** Lideranças e **40** instituições da sociedade civil que atuam na área do fomento à leitura articulada em defesa da criação do PMLL (professores, bibliotecários, escritores, contadores de histórias, bibliotecas comunitárias, associação de moradores, Conselho Regional de Biblioteconomia, entre outros);

Poder público municipal mobilizado para a criação do PMLL, posteriormente ampliado para Plano Municipal do Livro, da Leitura e da Biblioteca (PMLLB);

Criação do Plano Municipal do Livro, da Leitura e da Biblioteca (PMLLB).

Impacto

As ações de articulação, mobilização e incidência política da EMredando Leituras em 2013 impactaram no envolvimento e comprometimento das instituições na elaboração do PMLLB.

Aproximação entre as instituições sociais que atuam na área de fomento à leitura e o poder público municipal;

Participação de representantes de bibliotecas comunitárias na diretoria do Plano Municipal do Livro, da Leitura e da Biblioteca (PMLLB);

Participação do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA) e do Conselho Regional de Biblioteconomia na Coordenação Executiva do PMLLB

Produtos

Plano Municipal do Livro, da Leitura e da Biblioteca (PMLLB) para Salvador, em fase de publicação

Sementeira: partilhando percepções e discussões para a Agenda 21 do Calabar

O objetivo do projeto é implementar o Fórum de Agenda 21 Comunitária no bairro do Calabar, em Salvador – BA, a partir da sensibilização e mobilização da comunidade local. Em 2013 foi elaborado um diagnóstico participativo socioambiental para, posteriormente, estabelecer a agenda de discussão da problemática do bairro.

Acervo Avante - Sementeira



Resultados

Identificação dos problemas de maior relevância a serem enfrentados pela comunidade do Calabar por meio da realização de um Diagnóstico Socioambiental junto à comunidade: poluição sonora e o descarte inadequado dos resíduos sólidos.

Fórum da Agenda 21 instaurado no Calabar

Lideranças e moradores do bairro mobilizados e participantes ativos do processo de coleta de dados para o Diagnóstico Socioambiental



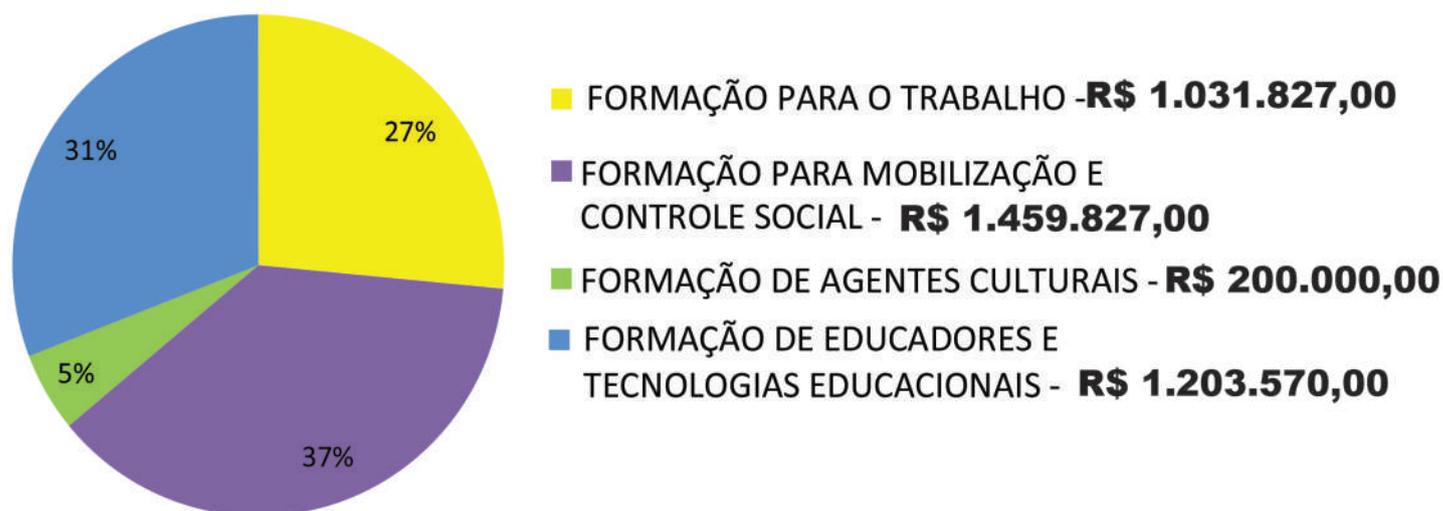
Acervo Avante - Sementeira

Acreditamos que uma nação se constrói com uma educação de qualidade para todos - crianças, jovens e adultos.

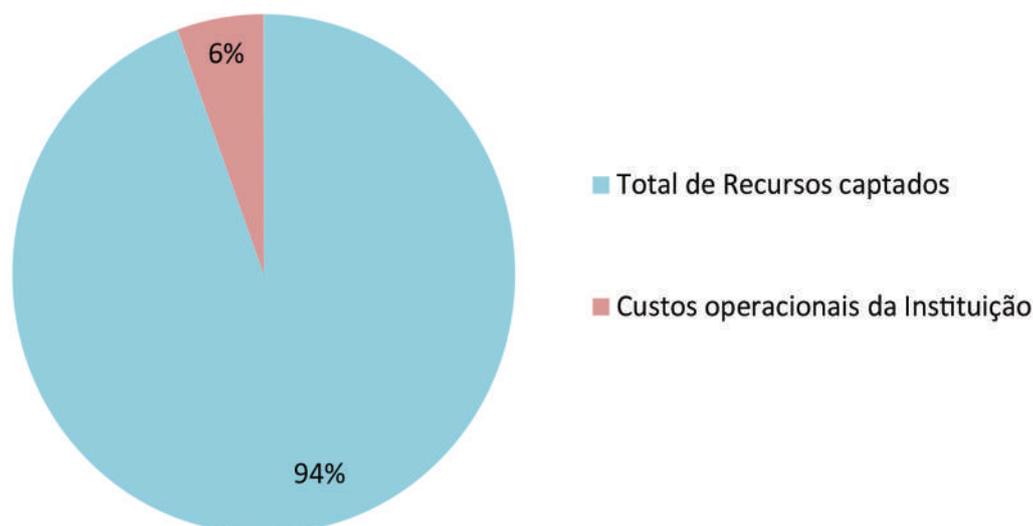
Buscamos permanentemente a qualidade do trabalho realizado com competência, consciência crítica, autonomia e espírito de inovação.

RECURSOS CAPTADOS

Do total captado pela Avante para a realização de projetos no ano de 2013, verifica-se que a Linha de Formação para Mobilização e Controle Social captou 37%; seguida pela Linha de Formação de Educadores e Tecnologias Educacionais, com 31%, seguida pela Linha de Formação para o Trabalho, com 27%, e os 5% restantes, pela Linha de Formação de Agentes Culturais.



Do total dos recursos captados em 2013, no valor de R\$ 3.895.224,02, foi utilizado para o pagamento das despesas fixas da Instituição o valor de R\$ 230.415,00, que representou 6% do total captado. Estas despesas fixas referem-se a: Aluguel da sede, material de consumo e limpeza, contabilidade, energia elétrica, comunicação, água, serviços de manutenção e reforma, pessoal administrativo.





Secretaria de Direitos Humanos



SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE



PARCEIROS



REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA



Bernard van Leer FOUNDATION



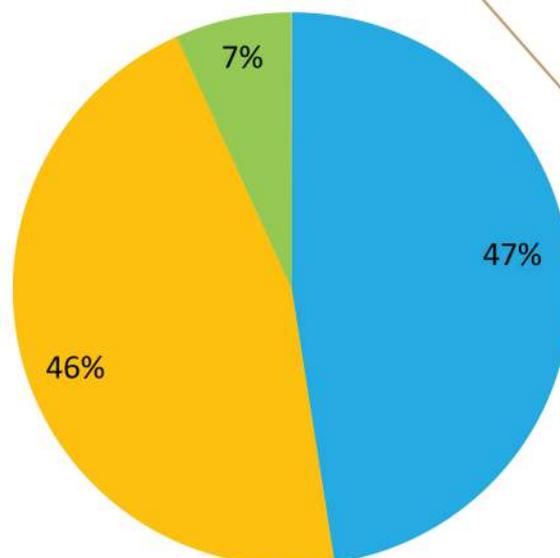
SBRC



No ano de 2013 o perfil dos financiadores da Avante ficou mais equilibrado. Dos recursos captados, 46% são oriundos de financiadores públicos, e 54% dos financiadores privados e fundos internacionais.



- PRIVADO - R\$ 1.779.510,00
- INTERNACIONAL - R\$ 263.437,02
- PÚBLICO - R\$ 1.852.277,00



Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações contábeis e financeiras

Ilmos. Srs.
Associados e Diretores da
AVANTE Educação e Mobilização Social
Salvador - BA

Examinamos as demonstrações contábeis e financeiras da Avante - Educação e Mobilização Social ("Avante"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do déficit, das mutações do patrimônio social, dos fluxos de caixa, do valor adicionado, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis e financeiras

A administração da Avante é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis e financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis e financeiras, livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis e financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis e financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis e financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis e financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis e financeiras da Avante, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Avante. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis e financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis e financeiras acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AVANTE em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações, dos seus fluxos de caixa, para o período findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Demonstrações do valor adicionado

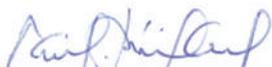
Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2013, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis e financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis e financeiras correspondentes ao período findo em 31 de dezembro de 2012, não foram auditadas. Nossos trabalhos não levaram em conta o exame dos saldos iniciais relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2012, por não corresponderem ao escopo do nosso contrato.

Salvador, 19 de agosto de 2014

AUDATE Auditoria e Assessoria Contábil S. C.


Paulo Sávio Lopes da Gama Alves
Contador-CRC-021923-BA

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro

(Em Reais, incluindo os centavos)

Ativo		2013
Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 04)		1.441.132,52
Adiantamentos (Nota 05)		11.591,90
Impostos a Recuperar (Nota 06)		1.443,14
Total do Circulante		1.454.167,56
Não Circulante		
Imobilizado (Nota 07)		52.348,28
Total do Não Circulante		52.348,28
Total do Ativo		1.506.515,84

Passivo e Patrimônio Social		2013
Circulante		
Fornecedores		19.346,99
Obrigações Trabalhistas (Nota 08)		7.860,47
Impostos e Contribuições Sociais a Recolher (Nota 09)		32.186,04
Recursos de Convênio em Execução (Nota 10)		940.476,57
Provisões (Nota 11)		12.613,24
Total do Circulante		1.012.483,31
Não Circulante		
Patrimônio Social (Nota 12)		494.032,53
Total do Não Circulante		494.032,53
Total do Passivo e Patrimônio Social		1.506.515,84

Demonstração do Déficit

Período Findo em 31 de dezembro (Em Reais, incluindo os centavos)

		2.013
Receitas		
Receitas de Doações (Nota 14)		579.029,24
Recursos de Parceiros (Nota 15)		1.423.352,99
Receitas Financeiras (Nota 16)		30.638,54
Total das Receitas		2.033.020,77
Despesas		
Pessoal (Nota 17)		(1.033.228,42)
Serviços Prestados (Nota 18)		(897.164,22)
Viagens e Estadias (Nota 19)		(470.749,79)
Utilidades (Nota 20)		(58.990,31)
Estrutura Institucional (Nota 21)		(128.362,69)
Administrativas (Nota 22)		(210.174,92)
Financeiras (Nota 23)		(15.946,39)
Depreciações (Nota 07)		(44.385,79)
Total das Despesas		(2.859.002,53)
Déficit do Período		(825.981,76)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Social

Período Findo em 31 de dezembro de 2013 (Em Reais, incluindo os centavos)

	Fundo Institucional	Déficit do Exercício	Patrimônio Social
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2013	1.336.245,03	-	1.336.245,03
Ajustes de exercícios anteriores	(16.230,74)	-	(16.230,74)
Déficit apurado no exercício	-	(825.981,76)	(825.981,76)
Saldo final em 31 de dezembro de 2013	1.320.014,29	(825.981,76)	494.032,53

Demonstração do Fluxo de Caixa

Período Findo em 31 de dezembro (Em Reais, incluindo os centavos)

	2.013
Recebimentos	
Doações	575.940,00
Contratos de Parcerias	1.299.966,300
Recursos de Convênio	1.265.435,46
Receitas Financeiras	54.031,47
Outros Recebimentos	262.232,14
Adiantamentos, Líquidos	286.832,96
Total dos Recebimentos	3.744.438,33
Desembolsos	
Pessoal	(1.433.468,05)
Serviços Prestados	(690.933,21)
Viagens e Estadias	(531.320,50)
Utilidades	(51.923,21)
Estrutura Institucional	(173.111,73)
Administrativos	(658.003,32)
Financeiros	(32.408,21)
Investimentos	(39.689,52)
Total dos Desembolsos	(3.610.857,75)
Resultado Financeiro	133.580,58
Disponibilidade Inicial	1.307.551,94
Disponibilidade Final	1.441.132,52
Composição do Caixa e Equivalentes	
Bancos	698.625,19
Aplicações Financeiras	742.507,33
Disponibilidade Final	1.441.132,52

Demonstração do Valor Adicionado

Período Findo em 31 de dezembro (Em Reais, incluindo os centavos)

	2.013
I – GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
Receitas	3.597.957,69
Doações Recebidas	579.029,24
Recursos de Parceiros	1.423.352,99
Convênios	1.595.575,46
Insumos Adquiridos de Terceiros	
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e outros	(1.948.807,33)
Valor Adicionado Bruto	1.649.150,36
Retenções	
Depreciação	(44.385,79)
Valor Adicionado Líquido Produzido Pela Entidade	1.604.764,57
Valor Adicionado Recebido em Transferência	65.104,87
Receitas Financeiras	65.104,87
II – VALOR ADICIONADO À DISPOSIÇÃO DA ENTIDADE	1.669.869,44
III – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
Pessoal	
Remuneração Direta	170.634,84
Consultores Associados	1.311.644,00
Benefícios	11.365,95
FGTS	9.526,51
	1.503.171,30
Impostos, Taxas e Contribuições	
Previdência Social	33.417,32
PIS	1.161,56
	34.578,88
Remuneração de Capital de Terceiros	

1 Base jurídica da Avante - Educação e Mobilização Social

A Entidade foi constituída com o registro de seu Ato Constitutivo no Cartório do 2.º Registro Civil de Pessoas Jurídicas em 23 de junho de 1996.

É uma sociedade civil, constituída sob a forma de Associação, sem fins lucrativos ou comerciais, com a finalidade de contribuir para a formação do cidadão, pela educação e desenvolvimento de tecnologias e processos de intervenção social, visando a garantia de direitos sociais básicos e ao fortalecimento da Associação, compreendendo a concepção, execução e avaliação de programas e projetos voltados a:

- Formação pessoal e profissional de jovens e famílias;
- Mobilização e formação social e técnica de agentes públicos e comunitários;
- Apoio a órgãos governamentais e implementação de políticas públicas, mediante formação continuada de educadores, desenvolvimento de tecnologias educacionais, pesquisas e ações complementares à escola;
- Projetos pedagógicos nas áreas de educação infantil, alfabetização e pós-alfabetização;
- Consultoria e supervisão na implantação de novas áreas de atuação e/ou de mudanças estratégicas em instituições de caráter social ou coletivo;
- Participação e atuação em movimentos e projetos relacionados ao fomento e incentivo da educação ambiental, esporte, cultura, e outras questões sociais ou coletivas relevantes;
- Promoção do desenvolvimento econômico e social sustentável e combate a pobreza;
- Estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

Na consecução de tais objetivos, a Associação poderá efetivar trabalhos de atendimento, ensino, pesquisa e publicações, bem como participar na formação de pessoal técnico relacionadas com seus fins.

A Avante tem sede em Salvador-BA, à Travessa Baependi, 222 – Ondina, CEP: 40.170-090:

A Entidade é formada por associados não remunerados que, reunidos, compõem a Assembleia Geral, órgão máximo da Entidade, responsável pelas decisões relacionadas com as diretrizes de planejamento e a estratégia de condução dos objetivos da mesma. Em 03 de fevereiro de 2013 a Assembleia Geral Extraordinária de associados aprovou o Estatuto atualmente em vigor, registrada em 08 de setembro de 2014.

A Entidade está composta por associados fundadores, efetivos e honorários. São associados fundadores aqueles que participaram da assinatura da Ata de Fundação da Entidade em 1º de maio de 1996, registrada em 20 de junho de 1996. São associados efetivos, aqueles admitidos após a data de sua fundação. São associados honorários aqueles que, através de decisão aprovada em Assembleia Geral, sejam convidados por prestação de relevantes serviços à Associação.

São órgãos constitutivos do AVANTE:

- Assembleia Geral;
- Diretoria Executiva;
- Conselho Técnico;
- Conselho Fiscal; e
- Conselho consultivo.

A diretoria é encarregada pela direção técnica, política, administrativa e financeira da AVANTE. Foi eleita na Assembleia Ordinária realizada em 03 de fevereiro de 2013 e está constituída pela Diretoria Executiva, formada por Arthur Guimarães Sampaio, como Presidente Executivo e Renato Augusto Ribeiro Novis, como Vice-Presidente Executivo. Para o Conselho Técnico foram eleitas: Fabiane Brasileiro Paranhos Neves, Maria Thereza Oliva Marcílio de Souza, Rita Margarete Moreira Santos e Maria Célia Ferreira Falcão. Para o Conselho Fiscal foram eleitos: José Vasques de Carvalho, William Moura Santos e Jorge Abel Costa da Cunha. Para o Conselho Consultivo foram eleitas: Ana Luiza Oliva Buratto, Maria Thereza Olívia Marcílio de Souza, Maria Célia Ferreira Falcão, José Humberto da Silva, Mônica Martins Samia, Rita Margarete Moreira Santos, Judite Amélia Lago Dultra, Fabiane Brasileiro Paranhos Neves, Sonia Margarida Bandeira Cerqueira e Ana Oliva Marcílio de Souza. Todos foram eleitos em Assembleia Geral, para um mandato de quatro anos. Será admitida a reeleição desta diretoria, por determinação estatutária.

A administração da Avante é exercida pela Diretoria Executiva, com amplos poderes para representação da Entidade.

Os custos operacionais para a administração da Entidade estão sendo financiados através de doações recebidas de várias entidades e por recursos auferidos em decorrência de parcerias desenvolvidas pela entidade, bem como de convênios firmados com órgãos públicos (ver Notas 10).

2 Base para Preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis e financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) de acordo com normas, orientações e interpretações emitidas pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, especialmente a Resolução CFC 1.409/12, que aprova a ITG 2002 – Entidades Sem Finalidade de Lucros.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas em quaisquer períodos futuros afetados.

Informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas, que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, não foram necessários neste exercício.

3 Principais Políticas Contábeis Adotadas pela Entidade

As políticas contábeis, a seguir descritas em detalhes, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis e que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimento original de seis meses ou menos, a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na liquidação das obrigações de curto prazo.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos.

iii. Gerenciamento do risco financeiro

A política da Administração é manter uma sólida base de recursos para manter o desenvolvimento futuro da Entidade. A Administração monitora o retorno sobre o capital investido considerando os resultados das atividades econômicas. As políticas adotadas pela Administração para gerenciamento do risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado e risco de taxa de juros, estão apresentados na Nota 24.

b. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessária. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação, com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

ii. Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido pelo valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Entidade e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, controlados individualmente.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de apuração, em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o mais próximo para refletir o padrão de consumo de benefícios econômico futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas abaixo:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

c. Intangíveis

O ativo intangível de vida útil definida é composto basicamente por programas de computador (softwares), que já foram totalmente amortizados.

d. Redução ao valor recuperável

i. Ativos financeiros

A entidade avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas, somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Caso, em um período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido, a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida no resultado.

ii. Ativos não-financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados, no mínimo anualmente, para verificação do valor recuperável. Quando houver indicativo de perda ao valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2013.

b. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Uma provisão é reconhecida quando, como resultado de um evento passado, a Entidade tenha uma obrigação presente e legal que pode ser estimada de modo confiável, com provável saída de benefícios econômicos para sua quitação.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado.

As provisões são constituídas sempre que a perda for avaliada como provável e considerando a avaliação da administração, em conjunto com a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais.

c. Apuração do déficit/superávit

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência.

O déficit do exercício de 2012 foi incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com a Resolução CFC 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 – Entidade sem fins lucrativos.

Os superávits, quando ocorrem, são empregados integralmente nos seus objetivos sociais.

d. Reconhecimento de receita

A Entidade reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Entidade; (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Entidade.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada pelo seu valor bruto e eventuais impostos, cancelamentos, abatimentos e descontos são apresentados em seguida.

As receitas de doações são registradas quando do recebimento em função da impossibilidade de prever os valores e os períodos de recebimentos e, conseqüentemente, registrar por competência a entrada de tais recursos.

e. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras.

A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias.

f. Ativos circulantes e não circulantes

Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes estão apresentados aos valores de custo, que não excedem o valor de realização.

Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

Recursos de convênio em execução

Os convênios são acordos celebrados com órgãos públicos para realização de objetivos comuns, mediante formação de parceria com a Entidade. Estes convênios são registrados pelos recursos repassados pela administração pública e recebidos pela Entidade dentro do exercício. A medida que os gastos nos respectivos projetos são incorridos, estes são reconhecidos como dedução dos recursos recebidos, de forma que o seu resultado é apresentado pelo líquido ainda não gasto, que se constitui obrigação da Entidade para com o órgão público, na execução do projeto.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	R\$
Ativo Circulante	
Banco conta movimento (i)	698.625,19
Aplicações Financeiras (ii)	742.507,33
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.441.132,52

- (i) A AVANTE controla a movimentação dos recursos financeiros recebidos, decorrentes das doações e recursos auferidos com suas atividades operacionais próprias, bem como das receitas financeiras e outras receitas operacionais, em contas correntes bancárias específicas para cada fonte de recursos.

Os Convênios firmados que operaram em 2013, segunda maior fonte de recursos, movimentaram, no exercício de 2013, volume total de aproximadamente R\$ 1.300 mil, conforme demonstrado no Fluxo de caixa institucional a seguir.

A AVANTE utiliza sistema de gestão financeira informatizada, que realiza o controle das operações financeiras por fonte de recursos, de forma integrada com a contabilidade. Os controles de gestão das informações financeiras (demonstrações financeiras), bem como a elaboração da folha de pagamento e apuração de impostos e contribuições, são terceirizados a uma organização contábil, que realiza seu trabalho fora das dependências da Entidade.

- (ii) As aplicações financeiras são compostas por Certificados de Depósitos Bancários, aplicações e Poupança, de curto prazo, de alta liquidez. São prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e os valores estão sujeitos às mudanças nas taxas de juros para os rendimentos prefixados e pós-fixados, remunerados à taxa média de 0,45% a.m., para as taxas prefixadas, e em torno de 97 a 100% do DI, para as pós-fixadas. Os recursos estão aplicados em instituições de primeira linha como forma de redução dos riscos.

Atualmente a AVANTE controla a movimentação dos recursos financeiros recebidos, decorrentes das doações e recursos auferidos com suas atividades operacionais próprias, bem como das receitas financeiras e outras receitas operacionais, em contas correntes bancárias, que são específicas para cada fonte.

O Fundo de Recursos Próprios está composto pelos recursos auferidos ao longo do tempo de operação da Entidade, acrescido dos recursos recebidos e aplicados das doações relativas ao projeto de Pesquisa Educacional (SMC/AL). A AVANTE utiliza sistema de gestão financeira informatizada, que realiza o controle das operações financeiras por fonte de recursos, de forma integrada com a contabilidade.

A composição dos saldos das contas bancárias, relativas às suas respectivas fontes, está a seguir demonstrada:

Financiadores	Banco	Agencia	Conta Corrente	EmR\$		TOTAL
				Banco	Aplicação	
PROJETOS COM RECURSOS RECEBIDOS EM DOAÇÃO						
C&A Enredando	Banco do Brasil	2799-5	13.379-5	8.804,57		8.804,57
Santander -Tece e Acontece	Banco do Brasil	2799-5	20.940-6	107.859,57		107.859,57
Rec. Próprios	Banco do Brasil	2799-5	12.270-X	15.001,58	4.000,00	19.001,58
TOTAL				131.665,72	4.000,00	135.665,72
PROJETOS COM RECURSOS RECEBIDOS DE CONVÊNIOS						
SDRH - Conanda	Banco do Brasil	2799-5	24.543-7	0,00	331.442,81	331.442,81
SETRE - Todos Juntos	Banco do Brasil	2799-5	20.937-6	236.500,00	3.915,73	240.415,73
SEMA - Sementeiras	Banco do Brasil	2799-5	13.380-9	23.725,46	11.806,32	35.531,78
SETRE - É dia de Feira	Banco do Brasil	2799-5	19.221-X	93.640,00	257.557,25	351.197,25
TOTAL				353.865,46	604.722,11	958.587,57
PROJETOS COM RECURSOS RECEBIDOS DE CONTRATOS DE PARCERIAS						
C&A - Paralapraca	Banco do Brasil	3462-2	15.176-9	37.831,32	1.500,00	39.331,32
SETRE - Planseq	Banco do Brasil	2799-5	19.220-1	548,03	62.000,00	62.548,03
Foco na Infância	Banco do Brasil	2799-5	18.825-5	18.941,83	-	18.941,83
Trocando em Miúdos	Banco do Brasil	2799-5	24.649-2	2.177,55	-	2.177,55
VAN LEER/ RNPI	Banco do Brasil	2799-5	18.983-9	1.559,50	-	1.559,50
C&A /RNPI	Banco do Brasil	2799-5	20.941-4	30.028,99	-	30.028,99
Van Leer/Infância em Rede	Banco do Brasil	2799-5	24.644-1	122.005,79	-	122.005,79
CAR/Florescer	Bradesco	3001	94.049-6	1,00	70.285,22	70.286,22
TOTAL				213.094,01	133.785,22	346.879,23
SALDO GERAL				698.625,19	742.507,33	1.441.132,52

Projeto Institucional

A gestão financeira da AVANTE é administrada através de um sistema integrado que permite o levantamento das fontes e aplicações de recursos por fonte, permitindo a elaboração de seus fluxos de caixa por fonte de recursos.

A seguir estão demonstrados os Fluxos de Recebimentos e Desembolsos, realizados no exercício, por fonte de recursos (inclusive o Convênio). Essa demonstração foi elaborada com base no fluxo de recebimentos e desembolsos institucional, executados no exercício:

Demonstração do Fluxo de Caixa Institucional, relativo ao período findo em 31.12.2013:**Demonstração da Movimentação das Disponibilidades, Líquidas - R\$**

	Fundo Institucional	Doações	Contratos de Parceria	Convênios	TOTAL
RECEBIMENTOS					
Doações	-	575.940,00	-	-	575.940,00
Contratos de Parceria	-	-	1.299.966,30	-	1.299.966,30
Convênios	-	-	-	1.265.435,46	1.265.435,46
Receitas Financeiras	793,70	0,00	18.771,44	34.466,33	54.031,47
Outros Recebimentos	262.232,14	-	-	-	262.232,14
Adiantamentos	(12.972,10)	215,58	(21.736,42)	321.325,90	286.832,96
Total dos Recebimentos	250.053,74	576.155,58	1.297.001,32	1.621.227,69	3.744.438,33
DESEMBOLSOS					
Pessoal	(114.934,50)	(220.618,62)	(709.873,97)	(388.040,96)	(1.433.468,05)
Serviços Prestados	(21.689,83)	(137.871,04)	(414.457,54)	(116.914,80)	(690.933,21)
Viagens e Estádias	(20.782,70)	(37.288,98)	(429.442,22)	(43.806,60)	(531.320,50)
Utilidades	(17.313,71)	(1.987,75)	(32.421,75)	(200,00)	(51.923,21)
Estrutura Institucional	(25.113,35)	(7.112,97)	(105.640,49)	(35.244,92)	(173.111,73)
Administração	(35.732,38)	(113.125,95)	(406.565,11)	(102.579,88)	(658.003,32)
Financeiras	(578,40)	(1.098,41)	(29.031,44)	(1.699,96)	(32.408,21)
Investimentos	(699,00)	-	(37.890,52)	(1.100,00)	(39.689,52)
Total dos Desembolsos	(236.843,87)	(519.103,72)	(2.165.323,04)	(689.587,12)	(3.610.857,75)
Superávit financeiro	13.209,87	57.051,86	(868.321,72)	931.640,57	133.580,58
Disponibilidade inicial	5.791,71	59.612,28	1.215.200,95	26.947,00	1.307.551,94
Disponibilidade final	19.001,58	116.664,14	346.879,23	958.587,57	1.441.132,52
Composto por:					
Bancos	15.001,58	116.664,14	213.094,01	353.865,46	698.625,19
Aplicações Financeiras	4.000,00	-	133.785,22	604.722,11	742.507,33
Disponibilidades	19.001,58	116.664,14	346.879,23	958.587,57	1.441.132,52

5 Adiantamentos

Representam saldos de adiantamentos concedidos a Fornecedores e Consultores Associados, em 31 de dezembro de 2013, conforme a seguir demonstrados:

	R\$
Adiantamentos a:	
Fornecedores	10.477,90
Consultores Associados (impostos a receber)	1.144,00
Total de Adiantamentos	11.591,90

6 Impostos a Recuperar

Correspondem ao saldo de impostos pagos a maior ou em duplicidade, ainda não recuperados ou compensados:

	R\$
Imposto de Renda Retido na Fonte	279,64
Contribuição ao INSS	646,11
Programa de Integração Social – PIS Pago a Maior	351,29
Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço – FGTS Pago em Duplicidade	166,10
Total dos Impostos a Recuperar	1.443,14

7 Imobilizado

O ativo imobilizado da AVANTE foi constituído ao longo de sua existência, mediante o recebimento de doações dos diversos financiadores da Entidade e com recursos próprios auferidos ao longo do tempo.

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição. A Entidade reconhece o desgaste natural de seus bens através do cálculo da depreciação pelo método linear, a taxas utilizadas pelo mercado, que no exercício de 2013, totalizaram R\$ 44.385,79.

8 Obrigações Trabalhistas

Os valores relativos às obrigações trabalhistas, apresentados no passivo circulante, estão a seguir demonstrados e correspondem às obrigações decorrentes das relações trabalhistas mantidas com os colaboradores registrados na Entidade em 31 de dezembro de 2013.

	R\$
Salários a Pagar	7.689,77
Contribuição Sindical a Recolher	137,13
Taxa Assistencial a Recolher	33,57
Total de Obrigações Trabalhistas	7.860,47

9 Impostos e Contribuições Sociais a Recolher

Apresenta o saldo das obrigações fiscais e Sociais contraídas pela entidade ao longo do exercício, que se encontrava em aberto até 31 de dezembro de 2013, conforme abaixo demonstrado:

	R\$
Imposto Sobre Serviço (ISS) Retido Sobre Serviços Prestados	12.163,01
PIS, COFINS, CSLL (PCC) Retidos a Recolher	6.234,95
Imposto de Renda Retido na Fonte a Recolher	3.400,90
Contribuição ao INSS a Recolher	8.494,78
FGTS a Recolher	1.344,46
PIS sobre Folha de Pagamento a Recolher	547,94
Total de Impostos e Contribuições Sociais a Recolher	32.186,04

10 Recursos de Convênios em Execução

A AVANTE mantém convênio com três Entidades Públicas, conforme abaixo, com objetivo de estabelecer uma cooperação técnica e financeira para a realização de projetos em nome dessas Entidades, dentro dos objetivos sociais da AVANTE.

Os recursos recebidos das Entidades estão a seguir relacionados:

Convênios	Recebimentos em R\$	
	DATA	R\$
Sec. Dir. Humanos SDRH - CONANDA	21/03/2013	100.000,00
Sec. Dir. Humanos SDRH - CONANDA	21/03/2013	300.000,00
Sec. Dir. Humanos SDRH - CONANDA	21/03/2013	170.490,00
Sub-Total		570.490,00
Sec. Meio Ambiente - SEMENTEIRAS	26/03/2013	42.000,00
Sec. Meio Ambiente - SEMENTEIRAS	26/12/2013	23.725,46
Sub-Total		65.725,46
Sec. do Trabalho, Emprego, Renda e Esportes (SETRE) nº 021/2012	28/02/2013	472.900,00
Sec. do Trabalho, Emprego, Renda e Esportes (SETRE) nº 023/2012	28/02/2013	156.320,00
Sec. do Trabalho, Emprego, Renda e Esportes (SETRE) nº 023/2012	26/12/2013	93.640,00
Sec. do Trabalho, Emprego, Renda e Esportes (SETRE)	27/12/2013	236.500,00
Sub-Total		959.360,00
Total dos Recebimentos de Convênios		1.595.575,46

Os recursos recebidos e a aplicação dos mesmos no período findo em 31 de dezembro de 2013 resultaram em um superávit de R\$ 940.476,57.

A movimentação do Convênio no período findo em 31 de dezembro de 2013 está a seguir demonstrada:

Demonstração da Apuração do Resultado com os Convênios

Saldo dos Recursos Recebidos e Aplicados até 31/12/2012

Recebimentos

	R\$
Recebimentos	1.595.575,46
Receitas Financeiras	34.466,33
Total de Recebimentos	1.630.041,79

Gastos Realizados

Pessoal	(504.521,76)
Serviços Prestados	(15.154,67)
Viagens e Estadias	(43.806,60)
Utilidades	(200,00)
Estrutura Institucional	(35.244,92)
Administrativos	(87.859,21)
Financeiras	(1.678,06)
Investimentos	(1.100,00)
Total dos Gastos	(689.565,22)

Superávit Apurado no Período

	940.476,57
Saldo dos Recursos Recebidos e Aplicados até 31/12/2013	940.476,57

11 Provisões

Em 31 de dezembro de 2013 foi constituída a provisão para cobrir o período aquisitivo de férias a pagar aos colaboradores da Entidade no montante de R\$ 12,6 mil.

12 Patrimônio Social

A entidade promoveu, neste exercício, o ajuste de algumas incorreções de exercícios anteriores, que reduziram o Patrimônio Social acumulado de 2013 em R\$ 16.230,74 (conforme abaixo demonstrado), representando aproximadamente 1% do saldo desse patrimônio, existente naquela data.

	R\$
Patrimônio Social em 1º de janeiro de 2013	1.336.245,03
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES:	
Cancelamento de parte da nota fiscal de Consultores Associados emitida em 2012	356,60
Reconhecimento de prejuízos operacionais de exercícios anteriores	(16.587,34)
TOTAL DE AJUSTES	(16.230,74)
Déficit do Exercício	(825.981,76)
Patrimônio Social em 31 de dezembro de 2013	494.032,53

13 Partes Relacionadas

A Entidade não possui partes relacionadas e seus dirigentes não são remunerados (Diretoria e Conselhos).

14 Receitas de Doações

Nesta rubrica encontram-se registrados os recursos recebidos de doações e receitas específicas para execução dos programas, projetos e atividades da AVANTE, conforme Plano Operativo.

A seguir apresentamos um quadro com as receitas recebidas no período findo em 31 de dezembro de 2013, com informações sobre as entidades financiadoras e os respectivos projetos.

Esses recursos foram recebidos pela AVANTE, mediante depósitos em contas correntes bancárias mantidas para esse fim nos respectivo período (vide contas destino na Nota 04).

Os principais apoiadores e seus respectivos projetos estão a seguir relacionados:

Apoiador	R\$
C&A - Projeto Prazer em Ler	200.000,00
C&A - Outros	276.197,96
Santander - Projeto Tece e Acontece	102.831,28
Total de Doações	579.029,24

15 Recursos de Parcerias

Nesta rubrica encontram-se registrados os recursos recebidos de parceiros, na execução de projetos criados e executados pela AVANTE, dentro dos objetivos sociais preconizados pelo seu Estatuto, conforme Plano Operativo.

Esses recursos foram recebidos pela AVANTE, mediante depósitos em contas correntes bancárias mantidas para esse fim nos respectivo período (vide contas destino na Nota 04).

A seguir apresentamos um quadro com as receitas recebidas no período findo em 31 de dezembro de 2013, com informações sobre as entidades financiadoras e os respectivos projetos:

Apoiador	R\$
C&A - Projeto Enredando	439.846,32
C&A - Paralapraca	273.108,72
Fundação Van Leer - Projeto Infância em Rede	263.437,02
Instituto Inspirare	123.724,13
SETRE - Projeto Planseq	116.424,00
SETRE - Projeto Pacto da Vida	100.920,40
SETRE - Projeto Qualifica Bahia	71.702,40
Instituto Accor	4.500,00
Prefeitura de Santanópolis	2.650,00
Projeto Trocando em Miúdos - Parcerias	26.900,00
Outros	140,00
Total de Contratos com Parceiros	1.423.352,99

16 Receitas Financeiras

As receitas financeiras auferidas são decorrentes de rendimentos de aplicações financeiras efetuadas no período, atribuída a cada projeto.

17 Despesas com Pessoal

A composição do saldo dessa rubrica em 31 de dezembro de 2013 encontra-se demonstrada abaixo e compreende os gastos realizados com salários, encargos sociais e benefícios da Entidade, aplicados para manutenção da estrutura de pessoal da AVANTE. (Esses gastos com pessoal não incluem aqueles relacionados com os Convênios – Vide Nota 10).

Descrição dos Gastos	R\$
Salários	106.230,61
Consultores Associados	839.360,59
Férias	16.828,12
Estagiários	22.647,00
Rescisões	129,28
Total de Salários e Honorários	985.195,60
INSS	28.349,06
FGTS	8.384,65
Transporte	7.973,03
Alimentação	2.300,92
Programa de Integração Social – PIS	1.025,16
Total de Encargos Sociais e Benefícios	48.032,82
Total das Despesas com Pessoal	1.033.228,42

18 Despesas com Serviços Prestados

Os gastos apresentados nesta rubrica correspondem aos pagamentos realizados a pessoas físicas e jurídicas, decorrentes de serviços prestados a AVANTE, conforme abaixo demonstrado (Esses gastos com Serviços Prestados não incluem aqueles relacionados com o Convênio – Vide Nota 10):

	R\$
Serviços de Terceiros – Pessoas Físicas (MEI)	330.056,71
Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas	336.057,10
Formação e Capacitação	185.936,13
Comunicação	41.614,28
Auditoria	3.500,00
Total das Despesas com Serviços Prestados	897.164,22

19 Despesas com Viagens e Estadias

Nesta rubrica encontram-se registrados os gastos com viagens e estadias, pagas com recursos dos financiadores, para cumprimento dos objetivos sociais, conforme abaixo relacionados (Esses gastos com Viagens e Estadias não incluem aqueles relacionados com os Convênios – Vide Nota 10):

	R\$
Passagens	326.698,33
Hospedagens	144.051,46
Total das Despesas com Viagens e Estadias	470.749,79

20 Despesas com Utilidades

Nessa rubrica encontram-se registrados os gastos com energia, comunicação, água e outras facilidades. (Esses gastos com Utilidades não incluem aqueles relacionados com os Convênios – Vide Nota 10):

	R\$
Internet	26.250,00
Comunicação	15.508,53
Cópias e Encadernações	11.065,02
Energia Elétrica	4.905,84
Água	1.260,92
Total das Despesas com Utilidades	58.990,31

21 Despesas com a Estrutura Institucional

Estes são gastos necessários para manutenção da estrutura operacional da Avante entretanto, não incluem os gastos com a estrutura assumidos pelos Convênios (Estes estão indicados na Nota 10):

<u>Descrição dos Gastos</u>	<u>R\$</u>
Aluguel da Sede	34.238,76
Manutenção e Reformas	48.155,41
Material de Consumo e Limpeza	45.968,52
Total das Despesas com a Estrutura Institucional	128.362,69

22 Despesas Administrativas

Estes são gastos relacionados com a gestão administrativa da Entidade que não foram financiados pelos Convênios (Vide Nota 10).

A seguir relacionamos esses gastos necessários para manutenção da estrutura da AVANTE e para cumprir com seus objetivos estatutários, na execução dos seus diversos projetos:

<u>Descrição dos Gastos</u>	<u>R\$</u>
Locomoção	84.794,84
Propaganda e Publicidade	60.966,95
Contabilidade	20.800,00
Lanches e Refeições	18.355,79
Correios e Postais	4.830,99
Biblioteca	3.578,81
Eventos	2.999,70
Taxas e Emolumentos	2.977,97
Tributárias	1.007,03
Assessoria e Consultoria	834,00
Contribuição Patronal	164,64
Demais Despesas	8.864,20
Total das Despesas Administrativas	210.174,92

23 Despesas Financeiras

Referem-se, basicamente, aos gastos com Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF sobre rendimentos de aplicações financeiras e despesas bancárias auferidas nas operações financeiras da AVANTE, exceto aquelas financiadas pelos Convênios (vide Nota 10).

24 Instrumentos Financeiros

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos, cujos resultados obtidos são consistentes com as expectativas da Administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado. A Entidade não possui políticas ou estratégias direcionadas para o gerenciamento dos instrumentos financeiros, visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas associados a esses instrumentos. A Entidade não realiza aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a. Classificação dos Instrumentos Financeiros

Devido pelas aplicações financeiras, que são classificadas como valor justo pelo resultado, os demais instrumentos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2013, sendo eles, adiantamentos, impostos a recuperar, fornecedores, aplicações trabalhistas, impostos e contribuições sociais, são classificados como ativo e passivo circulantes.

b. Valor Justo

Existem diferenças entre os valores de mercado e os valores registrados na contabilidade para os ativos e passivos financeiros.

Instrumentos financeiros derivativos

A Entidade não detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos à variação com **Instrumentos financeiros não derivativos**

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (inclusive os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Entidade se torna uma das partes nas disposições contratuais do instrumento.

O CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - define uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas na mensuração do valor justo, conforme a seguir:

Nível 1 - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

Nível 2- Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados de preços);

Nível 3 – Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado que são significativas para definição do valor justo dos ativos e passivos.

c. Risco de Crédito

A Administração não define políticas de créditos, em virtude de não existir operações que dependam dessas definições.

Por outro lado, com objetivo de minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa exposição máxima de crédito. Essa exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Exposição máxima do risco do crédito	Nota	Valores em R\$
Caixa e Equivalentes de Caixa	04	1.441.132,52
Adiantamentos	05	11.591,90
Impostos a Recuperar	06	1.443,14
		1.454.167,56

d. Risco de Liquidez

Risco de liquidez representa a possibilidade do descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A Administração adota como política, a manutenção de níveis de liquidez adequados, para garantir que a Entidade possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem. Adicionalmente, são analisados, periodicamente, mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos, de forma a reverter posições que poderiam prejudicar essa liquidez.

A apuração de déficit no período não ameaça a liquidez da Entidade no momento.

e. Risco de Mercado

As políticas de gestão de riscos da Entidade incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras, que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado, e relatórios que monitoram, permanentemente, os riscos a que a Entidade está sujeita.

A Entidade mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, como base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados da mesma.

f. Risco de Taxa de Juros

Este risco decorre da possibilidade da Entidade sofrer ganhos ou perdas em função de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Entidade busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pós-fixadas.

g. Cobertura de Seguros

A Entidade não mantém cobertura de seguros para seus ativos, porque entende que seus ativos, considerando a natureza de suas atividades, não estão sujeitos a riscos que envolvam aplicação de recursos com essa finalidade.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

28 Aspectos Fiscais

Os registros e operações da Entidade estão sujeitos ao exame pelas autoridades fiscais, durante os prazos prescricionais variáveis, consoante legislação específica aplicável.

29 Isenção IRPJ

A AVANTE, por sua finalidade e objetivos (CF, art. 150, inciso VI, alínea “c”) e por atender ao disposto no Artigo 170º do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), editado pelo Decreto nº 3.000, de 26.03.99, não está sujeita ao Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica. A Entidade apresenta anualmente a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ Isenta.





Travessa Baependi, 222- Ondina, Salvador/BA, CEP:40.170-090
Tel. 71 3332.3344 / avante@avante.org.br
www.avante.org.br



[avante.org](https://www.facebook.com/avante.org)



[ongavante](https://www.youtube.com/ongavante)



[ongavante](https://issuu.com/ongavante)



[@avanteong](https://twitter.com/avanteong)



[avante.org](https://www.avante.org)



[avanteong](https://mooTiro.com/avanteong)